

Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Luciana Vieira Alves

ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS
AMBIENTAIS NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF
LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Brasília, DF

2017

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador de Pós-Graduação do Curso de Ciências Contábeis

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Paulo Augusto Pettenuzzo de Brito
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - noturno

Luciana Vieira Alves

ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NAS
EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF LISTADAS NA BM&FBOVESPA

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:
Prof. Mestre Rildo e Silva

Linha de pesquisa:
Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:
Contabilidade Social/Ambiental

Brasília, DF

2017

ALVES, Luciana Vieira.

ANÁLISE DO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF LISTADAS NA BM&FBOVESPA/ Luciana Vieira Alves - Brasília, 2017.

39 p.

Orientador (a): Prof. Mestre Rildo e Silva

Trabalho de Conclusão de curso (Artigo - Graduação) – Universidade de Brasília, 2º Semestre letivo de 2017.

Bibliografia.

1. Contabilidade Ambiental. 2. Evidenciação Ambiental. 3. Responsabilidade Social. 4. *Relatórios Ambientais Voluntários* I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me proporcionar perseverança na minha caminhada acadêmica e profissional;

Aos meus pais e familiares por todo apoio e confiança;

Aos meus amigos que tornaram a vida um pouco mais descontraída;

Ao meu orientador, prof. Rildo e Silva, por aceitar e fazer parte da realização deste trabalho;

À Universidade de Brasília, em especial ao departamento de Ciências contábeis e atuárias, por proporcionar tamanha realização.

RESUMO

O objetivo deste estudo consiste em analisar o nível de evidenciação das práticas ambientais das empresas de construção civil do DF listadas na BM&BOVESPA durante o período de 2014 a 2016. São discutidos os conceitos de contabilidade ambiental, evidenciação ambiental, responsabilidade social e relatórios ambientais voluntários. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem quantitativa, feita a partir do uso da técnica de análise de conteúdo dos relatórios. Foram analisados os relatórios da administração, as notas explicativas e os relatórios ambientais voluntários publicados por quatro empresas da construção civil listadas na BM&BOVESPA. Deste modo, conclui-se que: a) a evidenciação ambiental predomina em relatórios voluntários, seguido dos relatórios da administração e notas explicativas; b) a evidenciação dos itens ambientais em sua maioria é descritiva e trata das políticas ambientais das empresas; e c) a evidenciação ambiental se apresenta de forma regular durante os anos analisados.

Palavras-chaves: Contabilidade Ambiental. Evidenciação Ambiental. Responsabilidade Social.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Exemplo de sentenças por categoria e por tipo de disclosure.	30
Quadro 2: Percentual de distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de disclosure	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Construtoras do DF listadas na BM&BOVESPA	10
Tabela 2: Categorias e Subcategorias	11
Tabela 3: Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios	13
Tabela 4: Nível de evidenciação por empresa e relatório	14
Tabela 5: Análise de conteúdo de itens ambientais das construtoras.....	15
Tabela 6: Análise de disclosure da categoria Política Ambiental	17
Tabela 7: Análise de disclosure da categoria Sistema de Gerenciamento Ambiental	18
Tabela 8: Análise de disclosure da categoria Impacto dos produtos e processos no meio ambiente.....	19
Tabela 9: Análise de disclosure da categoria Energia.....	20
Tabela 10: Análise de disclosure da categoria Informações financeiras ambientais	20
Tabela 11: Análise de disclosure da categoria Educação, treinamento e pesquisa .	21
Tabela 12: Análise de disclosure da categoria Mercado de crédito de carbono	22
Tabela 13: Análise de disclosure da categoria Outras informações ambientais	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
1.1 Contextualização.....	9
1.2 Problema	10
1.3 Objetivo.....	10
1.4 Justificativas e Contribuição Esperada.....	10
1.5 Organização da Pesquisa	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade social	12
2.2 Evidenciação e Contabilidade ambiental.....	14
2.3 Relatórios Ambientais Voluntários.....	16
3. METODOLOGIA	18
3.1 Análise de Conteúdo para Análise das Informações Ambientais.....	18
3.2 Definição do Objeto de Pesquisa	19
3.3 Definição da Unidade de Registro.....	19
3.4 Estrutural Conceitual: Definição das Categorias e Subcategorias	20
3.5 Critérios para Análise da Informação Ambiental.....	21
4. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	22
4.1 Níveis de evidenciação ambiental adotados pelas construtoras.....	22
4.2 Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios investigados	23
4.3 Análise de conteúdo dos itens ambientais das construtoras	24
4.3.1 Política Ambiental	25
4.3.2 Sistemas de Gerenciamento Ambiental	26
4.3.3 Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente.....	27
4.3.4 Energia	28
4.3.5 Informações Financeiras Ambientais.....	29
4.3.7 Mercado de Créditos de Carbono.....	30
4.3.8 Outras Informações Ambientais	31
5. CONCLUSÃO	32
5.1 Limitações.....	32
5.2 Conclusões e Considerações Finais	32
5.3 Futuras Pesquisa	33
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES	38

1.INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O processo de conscientização ambiental trouxe mudanças não só para o campo político e social, mas também para o meio empresarial. Assim, os governos e as sociedades constantemente pressionam as organizações para que desenvolvam práticas mais sustentáveis em seus processos e atividades.

Guimarães (2014) observa que há uma mudança na postura das empresas frente aos órgãos fiscalizadores, que deixam em segundo plano as multas e atuações e buscam um cuidado maior com a imagem da empresa. Para Campos et al (2012), as empresas cada vez mais estão percebendo os benefícios que há em elaborar os relatórios de sustentabilidade que mensuram e divulgam os impactos socioambientais, pois estes além de dar maior transparência e integridade ao desempenho das organizações, fortalecem a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Com essa nova conduta, Tinoco e Robles (2006) afirmam que a contabilidade, além de atender aos seus usuários padrões, deve esclarecer aos interessados pela atuação ambiental das empresas as informações referentes à responsabilidade social e ambiental.

Santos et. al (2014) complementam dizendo que a contabilidade ambiental identifica, mensura e avalia os impactos ambientais e propõe soluções para mitigar a degradação ambiental, criando na organização uma visão de sustentabilidade ambiental.

Dentre as organizações que estão sendo mais pressionadas para praticar ações socioambientais, as empresas da construção civil são as que mais se destacam, pois, suas atividades causam impactos permanentes ao meio ambiente. Segundo John (2000, p.15) o setor da construção civil “além de ser um dos maiores da economia ele produz os bens de maiores dimensões físicas do planeta, sendo conseqüentemente o maior consumidor de recursos naturais de qualquer economia”.

Considerando a contextualização exposta, o presente trabalho busca responder a seguinte questão: Qual o nível de evidenciação de informações ambientais nos relatórios financeiros e não financeiros das construtoras do DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016?

1.2 Problema

Guimarães et al (2014) observam que apesar da não obrigatoriedade da divulgação de informações ambientais nos relatórios financeiros, alguns órgãos já fazem recomendações a respeito de como as empresas podem evidenciar suas ações socioambientais.

Com o intuito de agregar valor à empresa e atender as pressões e demandas da sociedade e dos usuários da informação, as organizações já divulgam informações ambientais de forma voluntária. A partir disso, já se pode observar um aumento no nível de evidenciação de informações ambientais em relatórios financeiros e não financeiros, abrindo espaço para possíveis avaliações contábeis.

Partindo desse cenário, tem-se como problema de estudo a seguinte questão: Qual o nível de evidenciação de informações ambientais nos relatórios financeiros e não financeiros das construtoras do DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016?

1.3 Objetivo

Verificar, com base nos relatórios financeiros e não financeiros, o nível de evidenciação das construtoras do DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016.

1.4 Justificativas e Contribuição Esperada

Segundo Rosa et al (2011), a evidenciação ambiental é estabelecida pela comunidade científica e pela sociedade e se dá por meio de relatórios de sustentabilidade, balanços sociais, normas brasileiras e internacionais de evidenciação ambiental, entre outros. Assim, a predileção pela análise de relatórios financeiros e não financeiros se fundamenta por estes apresentarem uma gama

maior de informações que contribuem para a formulação de resultados mais precisos e confiáveis.

Além do mais, a escolha por analisar a evidenciação ambiental das empresas de construção civil justifica-se pelo fato de que essas empresas compõem um setor que, segundo John (2000, p.15) é “o maior consumidor de recursos naturais de qualquer economia”.

Espera-se, com a realização desse trabalho, poder contribuir com as discussões sobre a evidenciação de informações ambientais em relatórios financeiros e ambientais, de modo que os seus resultados possam ser úteis na confecção de relatórios e índices, bem como possa servir de base para a elaboração de outros trabalhos acadêmicos. Pois de acordo com Sampaio et al (2012), estudos que evidenciam informações socioambientais e as torne mais transparentes e comparáveis possuem um grande valor.

1.5 Organização da Pesquisa

O trabalho está estruturado em cinco capítulos dispostos em uma lógica preestabelecida. O primeiro capítulo, já exposto, introduziu, de forma sintética, o tema pesquisa e o objetivo geral do estudo, bem como sua justificativa e contribuição.

Em seguida, é demonstrado o referencial teórico, que ressalta a importância da pesquisa no campo da teoria e trata com maior profundidade o tema envolvido.

No terceiro capítulo é descrito a metodologia, espaço onde são expostos os métodos de abordagem e os procedimentos e técnicas utilizadas. No quarto é feita a análise dos resultados, onde os dados encontrados são interpretados de forma individualizada e, posteriormente, correlacionados.

E para finalizar, são apresentadas as considerações finais sobre os resultados encontrados, bem como possíveis problemas e temas apontados para futuras pesquisas.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade social

O impacto ambiental gerado pelo intenso processo de industrialização colocou em debate a forma como os países e suas empresas utilizam os recursos ambientais em seus processos e atividades, provocando na sociedade a preocupação com a utilização de recursos no curto prazo e a sobrevivência das futuras gerações.

Dessa dualidade de pensamento, surge a expressão desenvolvimento sustentável, conciliando de forma normativa os três eixos centrais da questão: a atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar social. Formalizou-se assim que Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (CMMAD,1991, p.46)

Segundo Veiga e Zatz (2008), o termo “desenvolvimento sustentável” se popularizou em 1987 no relatório Nosso Futuro Comum, mais conhecido como relatório de Brundtland, que, posteriormente, foi consagrado mundialmente na Conferência Rio-92. Nascimento (2012) considera o Relatório Brundtland um marco na discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento, pois condiciona o conceito de desenvolvimento econômico com a melhoria na qualidade de vida das pessoas e das sociedades.

Carvalho e Ckagnazaroff (2007) acreditam que a noção de sustentabilidade tenha surgido a partir desse conceito e que, a partir de então, as cobranças para que as empresas se tornem organizações sustentáveis ganhou ainda mais destaque internacional.

Assim, para Almeida (2002) sustentabilidade não é uma conduta imediatista, requerendo uma noção de planejamento e de operações de curto, médio e longo prazo. Sendo definida como um conjunto de práticas coletivas desenvolvidas com a participação dos indivíduos e instituições para a sobrevivência da humanidade. Bertoncello e Júnior (2001), acrescentam dizendo que o relacionamento das empresas com a sociedade é baseado em um contrato social no qual a sociedade

legítima e estabelece limites para a atuação da empresa conforme suas expectativas.

Porém, para Mazon (2007) a consciência social só começou a fazer parte do meio empresarial a partir da concepção do termo triple bottom line. No qual Carvalho e Ckagnazaroff (2007) complementam dizendo que o conceito de organização sustentável mais aceito no ramo empresarial se baseia justamente na ideia de que as empresas devam possuir um triple bottom-line, ou seja, além de gerar ganhos econômicos, as empresas devem desempenhar seu papel social e ambiental.

De acordo com Ribeiro (2005) a Responsabilidade Social Empresarial estabelece critérios na gestão empresarial baseados na ética e na transparência com todos os usuários e cria um forte compromisso com o meio ambiente, com a sociedade, com a humanidade e com a sustentabilidade.

Para Ferraz (2007), a responsabilidade social empresarial, agora denominado como responsabilidade social corporativa, é a capacidade de incorporar institucionalmente valores éticos e morais demandados além das fronteiras empresariais.

Uma nova atualização do conceito de responsabilidade social é descrita por Mazon (2007) que a denomina como responsabilidade social corporativa estratégica ou sustentabilidade estratégica definindo-a como um plano corporativo de longo prazo integrado aos objetivos da organização que atua na criação de uma mudança social positiva e que gere valor ao negócio.

2.2 Evidenciação e Contabilidade ambiental

Segundo Rosa e Lunkes (2006) a sociedade, as ONG's e a comunidade internacional pressionam as empresas diretamente por meio de restrições ao consumo de produtos que não estão em conformidade com as normas ambientais e indiretamente por meio dos órgãos governamentais que as legislam. Por vez, essa pressão motiva as empresas a melhorarem os seus processos e produtos para mitigar ou eliminar os impactos ambientais.

Conforme Tinoco e Robles (2006), a contabilidade, além de atender aos seus usuários padrões, deve esclarecer aos interessados pela atuação ambiental das empresas as informações referentes à responsabilidade social e ambiental que são prestadas em seus relatórios.

Santos et al(2014) acreditam que a contabilidade ambiental é uma base que agrega lucro à preservação dos recursos naturais, sendo um ramo da ciência que estuda o patrimônio relacionado aos serviços e bens que afetam o meio ambiente.

Para Silva e Carvalho (2011) a contabilidade ambiental é ciência que tem por objeto o patrimônio das entidades, e por isso deve evidenciar também os fatos e gastos ambientais ocorridos durante o exercício, pois estes podem afetar significativamente o patrimônio, produzindo informações necessárias para tomada de decisões.

Rosa e Lunkes (2006) complementam afirmando que a contabilidade é uma grande ferramenta para a análise de possibilidades e para o auxílio na tomada de decisões. Assis, Braz e Santos (2011) acrescentam dizendo que a contabilidade ambiental avalia quantitativamente as atividades das empresas quanto aos impactos ambientais produzidos

Mas, segundo Rosa e Lunkes (2006), para que a contabilidade possa gerar informações financeiras e não financeiras das ações ligadas à gestão ambiental é necessário que as organizações se comprometam com os temas ambientais, pois assim as informações provenientes das demonstrações contábeis auxiliarão na tomada de decisão.

Deste modo, Tinoco e Robles (2006) afirmam que a introdução de sistemas organizacionais e de produção que priorizem pratica socioambientais nas empresas é parte da exigência da gestão de qualidade, pois impõem às entidades condutas mais sustentáveis.

De acordo com o Manual da Contabilidade da Gestão Ambiental – Procedimentos e Princípios, elaborado pelas Nações Unidas (2001), a contabilidade da gestão ambiental serve primordialmente para uso interno das empresas, pois avalia monetariamente as atividades que apresentam potenciais impactos

ambientais. Assim, o sistema mais útil será aquele que melhor corresponder ao tipo de organização e ao tipo de decisão a ser tomada.

Para Tinoco e Robles (2006) a contabilidade da gestão ambiental adere aos interesses pela sustentabilidade, otimizando a eficiência do uso dos recursos naturais, reduzindo os impactos e riscos ambientais e os gastos com a preservação ambiental, pois estes produzem efeitos nos resultados empresariais no curto, médio e longo prazo.

O Manual da Contabilidade da Gestão Ambiental – Procedimentos e princípios (2001) ainda considera que o uso de indicadores de desempenho financeiro e ambiental são uma importante ferramenta para a comunicação ambiental, benchmarking e gerenciamento de custos.

Conclui, Rosa et al (2011), que a evidenciação ambiental possibilita o aumento da comunicação ambiental e reduz a assimetria entre as organizações e suas partes interessadas, tais como: fornecedores, clientes, investidores, sociedade civil, governo, comunidade científica, e outros.”

2.3 Relatórios Ambientais Voluntários

Guimarães et al (2014), observam que apesar de não haver no Brasil nenhuma obrigatoriedade de se divulgar informações ambientais nos relatórios financeiros, alguns órgãos como a CMV, o CFC, o IBRACON e o GRI já emitem recomendações sobre as demonstrações ambientais.

Para Campos et al (2012), as empresas cada vez mais estão percebendo os benefícios que há em elaborar os relatórios de sustentabilidade que mensuram e divulgam os impactos socioambientais, pois estes dão transparência e integridade ao desempenho das organizações e fortalece a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Para Nossa (2002) as informações ambientais são demonstradas em dois tipos de relatórios: nos relatórios financeiros anuais, compostos das Demonstrações Contábeis, do Relatório da Diretoria e do Parecer dos Auditores Independentes, e

nos relatórios ambientais periódicos, que apresentam de forma mais específica as questões ambientais.

Assim, são conhecidos três tipos de relatórios ambientais: o Balanço social, o relato integrado e o relatório de sustentabilidade.

Para Silva e Carvalho (2011) o balanço social é o relatório que apresenta os gastos ambientais, ou seja, a interação da empresa com o meio ambiente. Apesar da sua não obrigatoriedade, deve apresentar qualidade e confiabilidade, demonstrando de forma transparente as informações para que possa ser utilizado para a tomada de decisão.

Kassai e Carvalho (2013) conceituam o relato integrado como “um processo de harmonização e de convergência dos sistemas de gestão organizacional e do processo de comunicação corporativa”, ou seja, a incorporação de valores sustentáveis na estrutura organizacional da empresa.

Segundo o relatório de Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do GRI (2000-2007), o relatório de sustentabilidade visa medir, divulgar e prestar informações equilibradas e razoáveis sobre o desempenho sustentável das organizações, seja ele positivo ou negativo, a fim de atender aos objetivos do desenvolvimento sustentável.

No Brasil existem dois modelos para os relatórios de sustentabilidade: o modelo criado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o modelo criado pela Global Reporting Initiative (GRI). Segundo Corrêa (2009) “os modelos possuem a função de avaliar o desempenho da gestão da empresa de acordo com os compromissos assumidos nas questões sociais e ambientais”.

Conforme o relatório de Diretrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade do GRI (2000-2007), a estrutura de relatório da GRI foi construída para ser globalmente reconhecida na elaboração de relatórios de sustentabilidade, sendo um modelo de relatório que divulga os resultados e as consequências do desempenho econômico, ambiental e social de qualquer tipo de organização, independentemente de sua dimensão, setor ou localização.

3. METODOLOGIA

Para Gil (2002), “pode-se definir pesquisa como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Desta forma, a pesquisa será descritiva, pois conforme descreve Triviños (1987) "os estudos descritivos exigem do pesquisador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar e pretende descrever 'com exatidão' os fatos e fenômenos de determinada realidade".

Posto isto, o presente trabalho trata-se de uma investigação empírica e, portanto, resultará em uma pesquisa descritiva e quantitativa, com auxílio das técnicas de análise de conteúdo, uma vez que há a necessidade de buscar inferências confiáveis de dados e informações com respeito a determinado contexto, a partir das divulgações das empresas pelos meios de comunicação, em especial, a internet. Assim, serão analisados os relatórios financeiros e não financeiros das empresas de construção civil do DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016.

3.1 Análise de Conteúdo para Análise das Informações Ambientais

Gil (2002) descreve que para se “analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa”. Portanto, será feita a análise de conteúdo para categorizar as informações encontrados nos relatórios, pois, como explica Bardin (2002), a análise de conteúdo é uma técnica de análise das comunicações que permite se obter indicadores que permitem inferir conhecimento sobre as mensagens estudadas.

A seguir serão discutidos os critérios para utilização dessa técnica nas informações de caráter ambiental.

3.2 Definição do Objeto de Pesquisa

O objeto dessa pesquisa é qualquer informação relacionada ao meio ambiente evidenciada nos relatórios financeiros e não financeiros das empresas de

construção civil atuantes no DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016.

A população é composta por quatro construtoras listadas na BM&FBOVESPA, sendo elas: Construtora tenda S.A, MRV Engenharia e Participações S.A, Rossi Residencial S.A e Controladas e Tecnisa S.A e Controladas, conforme tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Construtoras do DF listadas na BM&BOVESPA

Razão Social	Nome de Pregão
CONSTRUTORA TENDA S. A	TENDA
MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.	MRV
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	ROSSI RESID
TECNISA S.A.	TECNISA

Fonte: <http://www.bmfbovespa.com.br>

Nessa pesquisa foram analisadas as demonstrações financeiras anuais padronizadas e os relatórios ambientais voluntários dos anos entre 2014 e 2016 retiradas do site da BM&FBOVESPA e das empresas estudadas. Por determinação da Lei no 6.404/76 todas as empresas estudadas emitiram o relatório da administração e as notas explicativas, porém, somente a MRV Engenharia e Participações S.A e a Tecnisa S.A e Controladas emitiram os relatórios de sustentabilidade não obrigatórios.

3.3 Definição da Unidade de Registro

Bardin (2002) define a unidade de registro como “a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

Basicamente o disclosure ambiental pode ser medido a partir do número de palavras, número de sentenças ou proporção de páginas (NOSSA, 2002). A codificação dos relatórios foi feita através da contagem das sentenças, pois permitem melhores inferências. Informações obtidas em gráficos e tabelas são contadas como apenas uma sentença.

3.4 Estrutural Conceitual: Definição das Categorias e Subcategorias

Marconi e Lakatos (2003) definem a codificação como uma técnica de categorização que permite transformar os dados em símbolos e, posteriormente, serem tabelados e contados. Bardin (2002) descreve categorização como uma operação na qual os elementos são classificados por diferenciação e posteriormente reagrupados por gênero, por critérios previamente definidos.

As categorias e subcategorias utilizadas nessa pesquisa fazem parte de uma adaptação feita por Murcia et al (2008) “dos estudos de Gray, Kouhy e Lavers (1995b), Hackston e Milne (1996), Nossa (2002), Lima (2007) e Yusoff, Lehman e Nasir (2006) e nos modelos do IBASE e do GRI”, e foram agrupadas por características em comum das informações analisadas a fim de se realizar melhores inferências. Dessa forma, a categorização é estruturada conforme tabela 2 abaixo.

Tabela 2: Categorias e Subcategorias

Categorias	Subcategorias
1. Política Ambiental	Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras, Estabelecimento de metas e objetivos ambientais, Declarações indicando que a empresa está em obediência (<i>compliance</i>) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais, Parcerias ambientais e Prêmios e participações em índices ambientais.
2. Sistemas de Gerenciamento Ambiental	ISOs 9000 e/ou 14.000 Auditoria Ambiental e Gestão ambiental;
3. Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente	Desperdícios/Resíduos, Processo de Acondicionamento (Embalagem), Reciclagem, Desenvolvimento de Produtos Ecológicos, Impacto na Área de Terra Utilizada, Uso Eficiente / Reutilização da Água, Vazamentos e derramamentos, e Reparos aos danos ambientais.
4. Energia	Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações, Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia, Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia e Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia.
5. Informações Financeiras Ambientais	Investimentos Ambientais, Custos/Despesas Ambientais, Passivos/ Provisões Ambientais. Práticas Contábeis de Itens Ambientais, Seguro ambientais, e Ativos ambientais tangíveis e intangíveis.
6. Educação, Treinamento e Pesquisa	Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade) e Pesquisas relacionadas ao meio ambiente.
7. Mercado de Créditos de Carbono	Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), Créditos de Carbono, Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE) e Certificados de Emissões Reduzidas (CER).
8. Outras Informações Ambientais	Qualquer menção sobre sustentabilidade/ Desenvolvimento sustentável, Gerenciamento de Florestas/Reflorestamento e Conservação da biodiversidade.

Fonte: Elaborado pela autora.

3.5 Critérios para Análise da Informação Ambiental

Nessa parte é definido os critérios para análise do tipo de informação ambiental evidenciada. Para isso, foi utilizada a proposta de Nossa (2002, p.179), conforme detalhamento abaixo:

Tipo (1) Informação ambiental declarativa: a evidenciação da informação qualitativa é expressa em termos tão somente descritivos;

Tipo (2) Informação ambiental quantitativa não-monetária: a informação é expressa em termos quantitativos não financeiros; e

Tipo (3) evidenciação ambiental quantitativa monetária: quando a informação quantitativa é evidenciada em números de natureza financeira.

4.RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

Nesta etapa são apresentados os resultados encontrados após a categorização das sentenças. Foi subdividido em três partes para melhor expor as análises.

Na primeira fase analisou-se, de forma geral, os resultados individuais das empresas estudadas em função dos tipos de relatórios, na segunda ocorreu a comparação desses resultados por período de evidenciação, e na terceira foi analisado individualmente as categorias pelo nível de evidenciação nos relatórios.

4.1 Níveis de evidenciação ambiental adotados pelas construtoras

Entre os anos de 2014 e 2016, as quatro companhias evidenciaram um total de 699 sentenças ambientais. 620 delas foram encontradas nos relatórios de sustentabilidade, 49 nos relatórios da administração e 30 em notas explicativas, como pode ser observado na tabela 3 abaixo.

Tabela 3: Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios

Empresa/ Tipo de Relatório	MRV	Rossi	Tecnisa	Tenda	Total
Notas Explicativas	5	1	6	18	30
Relatório da Administração	48	1	-	-	49
Relatório de Sustentabilidade	337	-	283	-	620
Total de Sentenças	390	2	289	18	699

Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa com maior nível de evidenciação foi a MRV, responsável por 55,8% do total das sentenças, fato este justificado por ser a única que evidenciou informações ambientais em todos os relatórios avaliados. A empresa, por seguir as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e ser comprometida com questões socioambientais em suas obras, 88,4% das suas sentenças divulgadas foram encontradas em relatórios de sustentabilidade. A empresa ainda se destaca por apresentar 48 das 49 sentenças totais advindas dos relatórios da administração.

A Tecnisa apresentou o segundo melhor nível de evidenciação, com 41,3% do total de sentenças. A empresa também segue as diretrizes do GRI e por isso

97,9% de suas informações foram encontradas nos relatórios de sustentabilidade. Não foi divulgada nenhuma informação nos relatórios da administração e apenas 6 sentenças foram encontradas em suas notas explicativas.

A tenda foi a empresa que mais evidenciou sentenças em notas explicativas, sendo responsável por 60% das sentenças divulgadas. Apesar disso, a companhia não divulgou nenhuma informação ambiental em seus relatórios da administração e não emitiu nenhum relatório de sustentabilidade nos três anos estudados.

Portanto, a empresa com menor nível de evidenciação foi a Rossi, com apenas duas sentenças distribuídas entre o relatório de administração e as notas explicativas. A empresa não divulga relatórios de sustentabilidade.

4.2 Comparação da evidenciação ambiental nos relatórios investigados

Do total de 699 sentenças apresentada pelas quatro empresas nos três anos analisados, 88,7% foram divulgadas nos relatórios de sustentabilidade, 7% nos relatórios da administração e 4,3% em notas explicativas.

A tabela 4 abaixo apresenta a quantidade de sentença divulgadas por ano e por tipo de relatório para as quatro construtoras.

Tabela 4: Nível de evidenciação por empresa e relatório

Empresa/ Tipo de Relatório	MRV			Rossi			Tecnisa			Tenda			Total
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	
Notas Explicativas	1	1	3	1	-	-	2	2	2	5	7	6	30
Relatório da Administração	9	15	24	1	-	-	-	-	-	-	-	-	49
Relatório de Sustentabilidade	91	93	153	-	-	-	121	92	70	-	-	-	620
Total	101	109	180	2	-	-	123	94	72	5	7	6	699

Fonte: Elaborado pela autora.

Como observado, a maior parte das sentenças foram encontradas nos relatórios de sustentabilidade, essa concentração justifica-se pelo fato das empresas MRV e Tecnisa terem emitido durante os três anos estudados os seus demonstrativos conforme os critérios do GRI, modelo global de indicadores socioambientais. A MRV foi responsável por 54,35% das informações tendo um

aumento constante das sentenças de um ano para o outro e a Tecnisa por 45,65%, tendo uma queda nas evidenciações anuais.

O segundo relatório com maior evidenciação foi o relatório da administração onde a MRV emitiu 98% das sentenças, restando apenas 1 sentença para a companhia Rossi.

O menor nível de evidenciação foi encontrado nas notas explicativas com apenas 30 sentenças. Apesar disso, foi o único relatório onde as quatro empresas divulgaram informações ambientais, distribuídas da seguinte forma: 60% pela Tenda, 20% pela Tecnisa, 16,7% pela MRV e 3,3% pela Rossi.

Em relação aos anos analisados, pode-se dizer que o ano de maior evidenciação foi 2016 com 258 sentenças, representando 37%, 2014 com 231 sentenças, totalizando 33% e 2015 com 210 sentenças, 30% de todas as sentenças analisadas.

4.3 Análise de conteúdo dos itens ambientais das construtoras

As categorias analisadas foram as seguintes: política ambiental, sistema de gerenciamento ambiental, impactos dos produtos e processos no meio ambiente, energia, informações financeiras ambientais, educação, treinamento e pesquisa, mercado de crédito de carbono e outras informações ambientais. Na tabela 5 é demonstrado a quantidade de sentença por categoria e tipo de relatório.

Tabela 5: Análise de conteúdo de itens ambientais das construtoras

Categorias/ Tipo de Relatório	Notas Explicativas	Relatório da Administração	Relatório de Sustentabilidade	Total
Política Ambiental	9	38	208	255
Sistema de Gerenciamento Ambiental	6	2	59	67
Impactos dos produtos e processos no Meio Ambiente	-	2	163	165
Energia	-	-	38	38
Informações Financeiras Ambientais	15	2	45	62
Educação, Treinamento e Pesquisa	-	3	30	33
Mercado de Crédito de Carbono	-	2	39	41
Outras informações Ambientais	-	-	38	38
Total de Sentenças	30	49	620	699

Fonte: Elaborado pela autora.

A categoria que teve o maior nível de evidenciação foi a política ambiental responsável por 36,5% das sentenças analisadas, seguidas por 23,6% dos impactos dos produtos e processos no meio ambiente, 9,6% do sistema de gerenciamento ambiental, 8,9% das informações financeiras ambientais, 5,9% do mercado de crédito de carbono, 5,4% de energia e de outras informações ambientais e por último da categoria de educação, treinamento e pesquisa com 4,7% das sentenças.

O relatório de sustentabilidade abrigou todas as categorias, pois tanto o relatório quanto as categorias estudadas seguem o padrão do GRI, modelo que possibilita a evidenciação quantitativa e qualitativa dos riscos e impactos socioambientais de forma mais abrangente. O relatório da administração também abrigou quase todas as categorias, deixando de fora somente a de energia. As notas explicativas por sua vez só abrigaram três categorias, sendo essas a de política ambiental, sistema de gerenciamento ambiental e informações financeiras ambientais.

A seguir é apresentado a análise individual das categorias, que foram detalhadas por suas subcategorias, pelo tipo de relatório e pelo tipo de disclosure.

4.3.1 Política Ambiental

A categoria política ambiental refere-se as diretrizes políticas das entidades com relação ao meio ambiente, demonstrando seus objetivos e práticas, sua conformidade com leis e órgãos regulatórios e suas parcerias, prêmios e índices ambientais. É a categoria que teve maior nível de evidenciação, pois em sua maioria apresenta informações que beneficiam as empresas. Na tabela 6 são listadas suas cinco subcategorias com seus respectivos resultados.

Tabela 6: Análise de disclosure da categoria Política Ambiental

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras	-	-	-	15	-	-	93	-	-	108
Estabelecimento de metas e objetivos ambientais	-	-	-	6	-	-	39	9	-	54
Declarações indicando que a empresa está em obediência (<i>compliance</i>) com as leis, licenças, normas e órgãos ambientais	9	-	-	-	-	-	17	2	-	28
Parcerias ambientais	-	-	-	2	-	-	16	1	-	19
Prêmios e participações em índices ambientais.	-	-	-	9	5	-	21	10	1	46
Total	9	-	-	32	5	-	186	22	1	255

Fonte: Elaborado pela autora.

(*) Tipo de *disclosure*:

1. Tipo (1) Informação ambiental declarativa, em que a evidenciação da informação qualitativa é expressa em termos tão somente descritivos; 2. Tipo (2) Informação ambiental quantitativa não-monetária, em que a informação é expressa em termos quantitativos não financeiros; e 3. Tipo (3) evidenciação ambiental quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é evidenciada em números de natureza financeira.

A subcategoria com maior nível de evidenciação foi a de declaração das políticas/práticas/ações atuais e futuras com 108 sentenças, sendo 93 delas encontradas no relatório de sustentabilidade e 15 no relatório de administração, todas de caráter declarativo. A de menor nível é a de parcerias ambientais, com apenas 19 sentenças de maioria de informações qualitativas.

O disclosure com maior evidenciação foi o de informação qualitativa com 227 sentenças, correspondente a 89% do total. Seguido por 27 informações quantitativas não monetárias e apenas uma informação quantitativa financeira.

As notas explicativas demonstraram o menor nível de evidenciação com apenas 9 sentenças e apenas o relatório de sustentabilidade apresentou informação de caráter financeiro bem como com os demais disclosure.

4.3.2 Sistemas de Gerenciamento Ambiental

A categoria de Sistemas de gerenciamento ambiental abriga três subcategorias, a saber: ISO 9000 e/ou 14000, auditorias ambientais e gestão

ambiental. É uma categoria que visa identificar o gerenciamento das informações ambientais divulgadas pelas empresas, bem como sua preocupação com os normativos técnicos a respeito das práticas ambientais.

Na tabela 7 é relacionado as subcategorias com os tipos de relatórios e tipos de disclosure de evidenciação.

Tabela 7: Análise de disclosure da categoria Sistema de Gerenciamento Ambiental

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
ISOs 9000 e/ou 14.000	-	-	-	2	-	-	15	1	-	18
Auditoria Ambiental	6	-	-	1	-	-	17	-	-	24
Gestão ambiental	-	-	-	-	-	-	23	1	1	25
Total	6	-	-	3	-	-	55	2	1	67

Fonte: Elaborado pela autora.

As subcategorias apresentam um nivelamento parecido de informações, sendo 25 sentenças sobre gestão ambiental, 24 sobre auditorias ambientais e 18 sobre as ISOs, totalizando 67.

O único relatório que apresentou os três tipos de disclosure foi o relatório de sustentabilidade com 58 informações, sendo 55 delas de caráter qualitativo. As notas explicativas apresentaram seis sentenças sobre auditorias ambientais, todas de caráter descritivo. E o relatório da administração apresentou 3 sentenças, 2 sobre as ISOs e 1 sobre auditoria, sendo responsável por apenas 4,5% das informações evidenciadas.

4.3.3 Impactos dos Produtos e Processos no Meio Ambiente

A categoria de impactos dos produtos e processos no meio ambiente refere-se as consequências causadas pelas atividades das empresas bem como suas medidas para evitar ou reduzir seu impacto ambiental.

A subcategoria mais evidenciada foi a de uso eficiente/reutilização da água com um percentual de 32,7% do total da categoria.

Não houve nenhuma evidenciação nas notas explicativas e apenas uma informação quantitativa não monetária referente a reciclagem. Assim, 99,4% das informações são encontradas nos relatórios de sustentabilidade. A maioria das sentenças são de carácter descritivo, seguidas de informações quantitativas não monetárias e apenas 7 são financeiras. Apenas a subcategoria de processo de acondicionamento não apresentou sentenças.

Como observado na tabela 8:

Tabela 8: Análise de disclosure da categoria Impacto dos produtos e processos no meio ambiente

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Desperdícios/Resíduos	-	-	-	-	-	-	23	13	1	37
Processo de Acondicionamento (Embalagem)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reciclagem	-	-	-	-	1	-	24	13	4	41
Desenvolvimento de Produtos Ecológicos	-	-	-	-	-	-	9	2	-	11
Impacto na Área de Terra Utilizada	-	-	-	-	-	-	11	2	-	13
Uso Eficiente / Reutilização da Água	-	-	-	-	-	-	25	27	2	54
Vazamentos e derramamentos	-	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Reparos aos danos ambientais	-	-	-	-	-	-	4	1	-	5
Total	-	-	-	-	-	-	100	58	7	165

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.4 Energia

A categoria de energia reflete a utilização, conservação e inovações na utilização de energia. Das quatro subcategorias apenas duas apresentaram informação, sendo elas a de conservação /utilização mais eficiente nas operações e desenvolvimento/ exploração de novas fontes de energia. As duas categorias evidenciadas obtiveram o mesmo número de sentenças, 19.

Quanto ao disclosure, observou-se que 84,2% das sentenças são de carácter descritivo e os 15,8% restantes são de informações quantitativas não monetárias referentes a conservação de energia. Não houve nenhuma informação financeira sobre energia elétrica. Na tabela 9 é possível observar os resultados:

Tabela 9: Análise de disclosure da categoria Energia

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Conservação e/ou utilização mais eficiente nas operações	-	-	-	-	-	-	13	6	-	19
Utilização de materiais desperdiçados na produção de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Discussão sobre a preocupação com a possível falta de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento/Exploração de novas fontes de energia	-	-	-	-	-	-	19	-	-	19
Total	-	-	-	-	-	-	32	6	-	38

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.5 Informações Financeiras Ambientais

A categoria de informações financeiras ambientais demonstrará os aspectos financeiros e contábeis sobre as operações ambientais, sendo composta pelas subcategorias: investimentos, custos e despesas, passivos e provisões, práticas contábeis, seguros e ativos ambientais tangíveis e intangíveis.

Na tabela 10 abaixo são apresentados os resultados:

Tabela 10: Análise de disclosure da categoria Informações financeiras ambientais

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Investimentos Ambientais	-	-	-	-	-	2	6	1	17	26
Custos/Despesas Ambientais	-	-	-	-	-	-	6	4	2	12
Passivos/Provisões Ambientais	4	-	11	-	-	-	-	-	-	15
Práticas Contábeis de Itens Ambientais	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Seguro Ambiental	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Ambientais tangíveis e intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	4	-	11	-	-	2	21	5	19	62

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.6 Educação, Treinamento e Pesquisa

Na categoria de educação, treinamento e pesquisa são evidenciadas informações sobre as iniciativas e práticas da empresa quanto a conscientização ambiental que são avaliadas em duas subcategorias, uma de educação interna e externa da organização e outra sobre as suas pesquisas relacionadas ao meio ambiente. É a categoria com menor nível de evidenciação ambiental participando com apenas 4,7% do total de sentenças analisadas.

Nessa categoria 72% são informações sobre educação interna e externa da organização e são majoritariamente de disclosure 1 (declarativas). Conforme indica os dados da tabela 11:

Tabela 11: Análise de disclosure da categoria Educação, treinamento e pesquisa

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Educação Ambiental (internamente e/ou comunidade)	-	-	-	2	-	1	19	2	-	24
Pesquisas relacionadas ao meio ambiente	-	-	-	-	-	-	9	-	-	9
Total	-	-	-	2	-	1	28	2	-	33

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.7 Mercado de Créditos de Carbono

A categoria Mercado de crédito de carbono nos traz informações sobre as emissões de gases de efeito estufa, informando se a organização participa do projeto de mecanismos de desenvolvimento limpo e se, no contexto de suas operações, opera com o mercado de créditos de carbono.

Conforme a tabela 12 abaixo, 68,3% são informações sobre emissão de gases de efeito estufa e há apenas uma menção declarativa sobre crédito de carbono. Essas menções são encontradas no relatório de sustentabilidade da MRV. Das 41 sentenças dessa categoria, 75,6% são informações declarativas e 24,4% são quantitativas não monetárias, não havendo nenhuma informação financeira.

Conforme é demonstrado na tabela 12 adiante:

Tabela 12: Análise de disclosure da categoria Mercado de crédito de carbono

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)	-	-	-	-	-	-	8	1	-	9
Créditos de Carbono	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Emissão de Gases do Efeito Estufa (GEE)	-	-	-	1	1	-	21	5	-	28
Certificados de Emissões Reduzidas (CER)	-	-	-	-	-	-	1	2	-	3
Total	-	-	-	1	1	-	31	8	-	41

Fonte: Elaborado pela autora.

4.3.8 Outras Informações Ambientais

A categoria de Outras informações ambientais abriga quaisquer informações ambientais que não se enquadram nas demais categorias e ainda inclui informações sobre a conservação da biodiversidade e questões de preservação florestal e reflorestamento. No estudo, foram encontradas esse tipo de informação somente nos relatórios de sustentabilidade mantendo pouca diferença em relação a quantidade de sentenças distribuídas nas 3 subcategorias.

Notou-se que 42,1% das sentenças são sobre conservação da biodiversidade. 31,6% falam sobre desenvolvimento sustentável ou quaisquer informações ambientais, 26,3% sobre reflorestamento, na qual possui a única sentença de caráter financeiro da categoria. As sentenças são na maioria declarativa, correspondente a 22, seguidas de 15 sentenças quantitativas não monetárias e como já mencionado, uma financeira, como é observado na tabela 13 a seguir:

Tabela 13: Análise de disclosure da categoria Outras informações ambientais

Subcategorias / Tipo de Relatório	Notas explicativas			Relatório da Administração			Relatório de Sustentabilidade			Total
	1	2	3	1	2	3	1	2	3	
Disclosure										
Qualquer menção sobre sustentabilidade/Desenvolvimento sustentável	-	-	-	-	-	-	8	4	-	12
Gerenciamento de Florestas/Reflorestamento	-	-	-	-	-	-	8	1	1	10
Conservação da biodiversidade	-	-	-	-	-	-	6	10	-	16
Total	-	-	-	-	-	-	22	15	1	3

Fonte: Elaborado pela autora.

5. CONCLUSÃO

5.1 Limitações

O estudo teve como limitação a grande disparidade na apresentação das informações ambientais, o que fez o resultado encontrado representar, predominantemente, apenas duas empresas. Outra limitação encontra-se na forma como essas informações são dispostas nos relatórios, o que dificultou fazer comparações mais complexas.

5.2 Conclusões e Considerações Finais

A pesquisa teve como objetivo verificar o nível de evidenciação das práticas ambientais nos relatórios financeiros e não financeiros das construtoras do DF listadas na BM&FBOVESPA durante o período de 2014 a 2016. A população foi composta pelas seguintes construtoras: Construtora tenda S.A, MRV Engenharia e Participações S.A, Rossi Residencial S.A e Controladas, e Tecnisa S.A e Controladas.

A pesquisa foi feita através da análise de conteúdo, tendo como medida de categorização uma adaptação feita por Murcia et al (2008) “dos estudos de Gray, Kouhy e Lavers (1995b), Hackston e Milne (1996), Nossa (2002), Lima (2007) e Yusoff, Lehman e Nasir (2006) e nos modelos do IBASE e do GRI” e como critério de análise das informações a proposta de Nossa (2002), análise por tipo de disclosure.

Foram analisados um total de 30 relatórios, sendo 12 notas explicativas, 12 relatórios da administração e 6 relatórios de sustentabilidade. Encontrou-se 620 sentenças distribuídas em 8 categorias divididas em 35 subcategorias. Observou-se que todas as empresas emitiram os relatórios obrigatórios e divulgaram informações ambientais, porém, somente a MRV e a Tecnisa elaboraram relatórios voluntários ambientais.

O nível de evidenciação por empresa foi bem discrepante. A MRV apresentou o maior nível de evidenciação, com 55,8%, seguido da Tecnisa, com 41,3% do total das sentenças. O fato explica-se por serem as únicas a apresentarem relatórios

voluntários de sustentabilidade. A tenda apresentou 2,6% das sentenças totais, sendo todas apresentadas em notas explicativas. A Rossi obteve o menor nível com apenas 2 sentenças durante os três anos analisados.

Quando ao nível de evidenciação por relatório, observou-se que 88,7% das sentenças estavam presentes em relatórios de sustentabilidade, representados por 337 sentenças da MRV e 283 da Tecnisa, e 7% em relatórios da administração, 48 sentenças da MRV e 1 da Rossi. 4,3% são notas explicativas, divulgadas por todas as empresas.

Por ano, o nível de evidenciação apresentou-se regular, com o ano de 2016 responsável por 37%, 2015 por 30% e 2014 por 33% do total de sentenças. Fato que demonstra que as empresas mantêm as mesmas práticas ambientais ao longo dos anos estudados.

Por categoria, observou-se que as empresas evidenciam de forma predominante informações sobre suas políticas ambientais, seguidas de informações sobre os impactos e processos no meio ambiente. As demais categorias se mantêm em torno de 30 a 70 sentenças, sendo a categoria de educação, treinamento e pesquisa a de menor evidenciação.

Conclui-se assim que o nível de evidenciação das empresas de construção civil do DF listadas na BM&BOVESPA nos anos estudados apresentam-se da seguinte forma: são informações de maioria descritiva sobre a política ambiental e os impactos no meio ambiente, encontradas em maior parte em relatórios de sustentabilidade.

5.3 Futuras Pesquisa

Sugere-se para futuras pesquisas, investigar os motivos que levam as construtoras a divulgar ou não seus dados ambientais, analisar e comparar o nível de evidenciação de empresas nacionais e internacionais, verificar quais seriam os motivos para a obrigatoriedade da elaboração dos relatórios de sustentabilidade e as necessidades de se haver auditoria sobre as demonstrações ambientais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **O Bom Negócio da Sustentabilidade**. 1 ed. Lisboa: Nova fronteira. 2002.

ASSIS, Perla Roberta Pignatta; BRAZ, Eliane Marta Quiñones; SANTOS, Carlos Lopes dos. Contabilidade Ambiental. **Revista Ceciliana**. Santa Catarina, v.3, n.1, p. 13-16, jun. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2002.

BERTONVELLO, Silvio Luiz Tadeu; JÚNIOR, João Chang. A importância da Responsabilidade Social Corporativa como fator de diferenciação. **Revista da faculdade de comunicação da FAAP**, n. 17, p 70-76,1. Jan/Jun. 2007.

CAMPOS, Lucila Martins de Souza; SEHNEM, Simone; OLIVERIRA, Murilo de Alencar Souza; ROSSETTO, Adriana Marques; COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; DALFOVO, Michael Samir. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Revista Gestão & Produção**. São Carlos, v. 20, n. 4, p.913-926, Nov. 2013.

CARVALHO, Débora Nacif de; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Sustentabilidade e efetividade de ONG's ambientais: a influência do processo gerencial. In: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo, (Org). **Organizações sustentáveis: utopias e inovações**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2007. p 145- 192.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 1991, 430 p.

CORRÊA, Marcos Ellen Aquino. **Balanco Social**. 2009. Dissertação – Centro Universitário de Brasília, 2009.

FERRAZ, Ana Carla Sanches Lopes. **A responsabilidade social estratégica empresarial de desenvolvimento**. 2007. Tese. Universidade de Marília

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRI - Global Reporting Initiative. **G3: Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade**, 2000-2006. Disponível em: < >. Acesso em: 15/11/2017

GUIMARÃES, Deisiane Alves; RECH, Ilirio José; CUNHA, Moisés Ferreira; PEREIRA, Ivone Vieira. Análise do nível de evidenciação de informações ambientais apresentado pelas empresas abertas que exploram atividades agropecuárias. **Revista Evidenciação contábil & Finanças**. João Pessoa, v. 2, n. 3, p. 6-23, Set./Dez. 2014.

JOHN, Vanderley M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: Contribuição para metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. 2000. Tese (Livre docência). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo – PCC USP.

KASSAI, José Roberto; CARVALHO, L. Nelson. Relato Integrado: a próxima revolução contábil. In: Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, 15. 2013, São Paulo. **Anais do XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. São Paulo, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MAZON, Rubens. Negócios sustentáveis e seus indicadores. In: KEINERT, Tania Margarete Mezzomo, (Org). **Organizações sustentáveis: utopias e inovações**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig. 2007. p 43- 64

MURCIA, Fernando Dal-Ri; ROVER, Suliani; Souza, Flávia Cruz de; BORBA, José Alonso. Aspectos metodológicos da pesquisa acerca da divulgação de informações ambientais: proposta de uma estrutura para análise do disclosure ambiental das empresas brasileiras. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 18. 2008, Gramado. **Anais do XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade Gramado**. Gramado, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Manual da Contabilidade da Gestão Ambiental Procedimentos e Princípios**. Nações Unidas, Nova Iorque, 2001.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. Brasília. CAPES. 2012. 148 p.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: Uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – USP. 2002.

246. f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Álvaro Miranda Leite. **Responsabilidade Social Empresarial: percepções e possibilidades**. 2005. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG

ROSA, Fabrícia Silva da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; LUNKES, Rogério João. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidade e oportunidades do tema. **Revista Engenharia Sanitária**. Santa Catarina, v.16, n.1, p. 157-166, jan/mar. 2011.

ROSA, Fabricia Silva da; LUNKES, Rogerio João. Transparência contábil ambiental: uma contribuição ao estudo sobre a evidenciação da gestão ambiental nas demonstrações. In: Simpósio de excelência em gestão e tecnologia, 3, 2006, Santa Catarina. **Anais do III Simpósio de excelência em gestão e tecnologia**. Santa Catarina, 2006.

SAMPAIO, Márcio Santos; GOMES, Sonia Maria da Silva; BRUNI, Adriano Leal; FILHO, José Maria Dias. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**. Blumenau, v.8, n.1, p. 105-122, jan./mar. 2012.

SANTOS, Shirley Karola Batista; NUNES, Wandeuza dos S. S.; ALMEIDA, Alex Santos; GONÇALVES, Cleaylton Ribeiro de Medeiros. Contabilidade ambiental: uma ferramenta eficaz para o desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica da Fanese**. Sergipe, v.3, n.1, Set. 2014.

SILVA, Fabiana de Cássia de Araújo; CARVALHO, Virtuosa Pires Cantarelli de. Evidenciação da Informação Contábil Ambiental: um estudo de caso na Petrobrás. **Revista de Contabilidade e Negócios do Sertão**, v. 1, n. 1, p. 21-27, abr. 2011.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; ROBLES, Léo Tadeu. A contabilidade da gestão ambiental e sua dimensão para a transparência empresarial: estudo de caso de quatro empresas brasileiras com atuação global. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.40, n. 6. p 1077-96, Nov. /Dez. 2006.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. ISBN 85-224-0273-6.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 83 p. Inclui índice. ISBN 978-85-7496-222-1.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro exemplificativo de sentenças divulgadas nos demonstrativos financeiros e não financeiros, por categoria e por tipo de *disclosure*

Quadro 1: Exemplo de sentenças por categoria e por tipo de disclosure.

Categoria	Tipo de Disclosure	Sentença
Política ambiental	1	Este também foi o ano em que publicamos nossa Política de Sustentabilidade, sistematizando as diretrizes sociais, econômicas e ambientais que norteiam a nossa atuação (MRV, Relatório de sustentabilidade, 2015).
Sistema de Gerenciamento Ambiental	1	Antes da aquisição de um terreno, a Companhia efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários e aplicáveis, incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente (Tenda, Nota explicativa, 2016).
Impactos dos produtos e processos no meio ambiente	1	Para reduzir o impacto ambiental das obras, a Companhia promove o uso racional dos materiais, prioriza o uso de madeira certificada e busca reduzir a geração de resíduos e assegurar a sua correta destinação (Tecnisa, Relatório de sustentabilidade, 2015).
Energia	2	41% a menos no consumo de energia em relação ao ano anterior (MRV, Relatório de sustentabilidade, 2015).
Informações financeiras ambiental	3	Investimento de R\$ 4,3 bilhões para projetos da Entreverdes Urbanismo (Rossi, Relatório da Administração, 2014).
Educação, treinamento e pesquisa	3	Os projetos passaram por processo seletivo e votação popular via Portal do Instituto e os quatro vencedores, abaixo descritos, receberam o aporte de R\$ 50 mil, durante 4 meses, além de um acompanhamento na efetivação dos seus projetos (MRV, Relatório da Administração, 2016).
Mercado de crédito de carbono	1	Os GEE contemplados nesta estimativa são aqueles regulados sob o Protocolo de Quioto: dióxido de carbono (CO ₂), metano (CH ₄), óxido nitroso (N ₂ O), hexafluoreto de enxofre (SF ₆) e as famílias hidrofluorcarbonos (HFC) e perfluorcarbonos (PFC), expressos na unidade comum de CO ₂ equivalente ² (CO ₂ e) (MRV, Relatório de sustentabilidade, 2014).
Outras Informações Ambientais	2	Construído em um terreno de 250 mil metros quadrados, 20% do bairro são destinados a áreas verdes (parque central com 44 mil metros quadrados e três praças (Tecnisa, Relatório de sustentabilidade, 2016).

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – Tabelas com o percentual da distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de *disclosure*.

Quadro 2: Percentual de distribuição de sentenças por categorias, por tipo de relatório e por tipo de disclosure

Categorias/ Tipo de Relatório	Notas Explicativas				Relatório da Administração				Relatório de Sustentabilidade				Total
	1	2	3	T	1	2	3	T	1	2	3	T	
Disclosure	1	2	3	T	1	2	3	T	1	2	3	T	
Política Ambiental	9	-	-	9	32	5	-	37	186	22	1	209	255
Frequência	3,5%	-	-	3,5%	12,5%	2%	-	14,5%	73%	8,6%	0,4%	82%	36,6%
Sistema de Gerenciamento Ambiental	6	-	-	6	3	-	-	3	55	2	1	58	67
Frequência	9%	-	-	9%	4%	-	-	4%	82%	3%	2%	87%	9,6%
Impactos dos produtos e processos no Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	100	58	7	165	165
Frequência	-	-	-	-	-	-	-	-	60,6%	35,2%	4,2%	100%	23,6%
Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	32	6	-	38	38
Frequência	-	-	-	-	-	-	-	-	84,2%	15,8%	-	100%	5,4%
Informações Financeiras Ambientais	4	-	11	15	-	-	2	2	21	5	19	45	62
Frequência	6,5%	-	17,7%	24,2%	-	-	3,2%	3,2%	33,9%	8,1%	30,6%	72,6%	8,9%
Educação, Treinamento e Pesquisa	-	-	-	-	2	-	1	3	28	2	-	30	33
Frequência	-	-	-	-	6,1%	-	3%	9,1%	84,8%	6,1%	-	90,9%	4,7%
Mercado de Credito de Carbono	-	-	-	-	1	1	-	2	31	8	-	39	41
Frequência	-	-	-	-	2,4%	2,4%	-	4,8%	75,6%	19,6%	-	95,2%	5,9%
Outras informações Ambientais	-	-	-	-	-	-	-	-	22	15	1	38	38
Frequência	-	-	-	-	-	-	-	-	58%	39,4%	2,6%	100%	5,4%
Total de Sentenças	19	-	11	30	38	6	3	47	475	118	29	622	699
Frequência Total	2,7%	-	1,6%	4,3%	5,4%	0,9%	0,4%	6,7%	68%	16,9%	4,1%	89%	100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Legenda: T - Total